

## Vereador denuncia prefeito de SP por crime de responsabilidade

O vereador Camilo Cristófaro (PSB) denunciou nesta sexta-feira (6/4) o prefeito de São Paulo, João Dória Jr (PSDB), à Câmara Municipal por crime de responsabilidade. O parlamentar afirma que o prefeito está envolvido em uma "cadeia de atos de improbidade e imoralidade", como desvio de função da Guarda Civil Metropolitana (GCM) para segurança pessoal e omissão ao manter empresa inidônea no serviço de iluminação pública da capital paulista.

O documento pede que Dória perca o cargo e seja inabilitado de exercer função pública por oito anos, mesmo que ele já tenha renunciado à prefeitura após a acusação ter sido protocolada. O prefeito deixou o cargo nesta sexta para poder se candidatar ao governo de São Paulo pelo PSDB.

Reprodução



João Dória renunciou na tarde desta sexta-feira (6/4) ao cargo de Prefeito da cidade de São Paulo, mesmo dia em que foi denunciado à Câmara Municipal pelo crime de responsabilidade.

Segundo a denúncia, João Dória foi acusado por adversários dentro do PSDB de “abuso de poder econômico, com suposta compra de votos de filiados e intimidação da militância favorável aos seus adversários” durante as eleições prévias para escolher quem seria o candidato do partido à Prefeitura, em 2016.

Para Cristófaro, Dória se autopromoveu com a marca “São Paulo – Cidade Linda”, que ele já havia sido [proibido](#) de usar em fevereiro de 2018. “Ao utilizar-se de publicidade feita com dinheiro público em proveito próprio, João Dória Jr. locupletou-se ilicitamente com a propaganda pessoal ao mesmo tempo que gerou prejuízo ao erário e atentou contra os princípios da Administração Pública”, ponderou o autor da denúncia.

Sobre a utilização da GCM para segurança pessoal, o documento fala que “apropriação de recursos públicos e desvirtuamento da Guarda Civil Metropolitana para atender a interesses pessoais (...) são atos que atentam contra a probidade administrativa”. Enquanto no que diz sobre a empresa responsável pela iluminação da cidade, o texto se atenta à omissão do prefeito frente às denúncias de propina e interferência em Parceria Público Privada (PPP), que não resultaram na rescisão do contrato de prestação

de serviço da investigada ao município.

Clique [aqui](#) para ler a denúncia.

**Date Created**

06/04/2018